



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639165 - RJ (2021/0005381-1)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**IMPETRANTE** : MARCIO ALEXANDRE DE BRITO PARREIRAS  
**ADVOGADO** : MÁRCIO ALEXANDRE DE BRITO PARREIRAS - RJ111284  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : ROBSON RODOGERIO MATHIAS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROBSON RODOGERIO MATHIAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0071037-87.2020.8.19.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente, em razão da suposta prática dos crimes previstos nos arts. 157, § 2º, inciso II; e § 2º-A, inciso I; 159, § 3º; e 288, na forma do art. 69, todos do Código Penal. A custódia preventiva foi fundamentada no art. 312 do Código de Processo Penal, para a garantia da ordem pública.

Alega o impetrante que o acusado é primário, com bons antecedentes, possui residência fixa e tem duas filhas menores de idade, não havendo necessidade da prisão cautelar.

Assevera a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, pois não atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, não havendo justa causa para a manutenção da custódia antecipada.

Defende o deferimento da liberdade provisória ou da prisão domiciliar com monitoramento eletrônico ao paciente, para que possa responder ao processo em liberdade.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva do acusado. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante juntou apenas a ementa do acórdão. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do inteiro teor do acórdão impugnado.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente